

Empresa não tem previsão para retirar as estruturas

Praça de pedágio no quilômetro 77 da BR 290 que está inoperante deve seguir na freeway até a contratação do serviço de remoção

As estruturas da praça de pedágio desativadas no quilômetro 77 da BR 290, em Gravataí, ainda não tem previsão para serem retiradas, segundo informou ontem a CCR ViaSul, que faz a administração da rodovia. A concessionária explicou que ainda está em processo de contratação da empresa que fará a remoção dos equipamentos e não há prazo para o começo dos trabalhos. Ontem, alguns motoristas que estavam um pouco acima do limite de velocidade, no caso 100 km/h, o que é permitido para veículos leves na estrada, reduziam bruscamente a velocidade ao perceberem a estrutura. No local, a concessionária cobriu as cabines e há uma sinalização com informação sobre o limite de velocidade no trecho de 40 km/h.

O gestor de Atendimento da CCR Via Sul, Diogo Stiebler, disse que há uma atenção da empresa para que os motoristas tenham o mínimo de transtornos na região. "Colocamos painéis com mensagens alertando que a passagem está livre. Reforçamos que os cuidados sejam redobrados e que o limite de velocidade seja respeitado", explicou. Ele afirmou ainda



GUILHERME ALMEIDA

Motoristas precisam redobrar a atenção no trecho e reduzir velocidade

que os condutores devem ficar atentos à sinalização, especialmente quando for iniciada as intervenções para demolição da antiga praça de pedágio. A concessionária realizou a retirada de todos os equipamentos eletroeletrônicos da praça. A próxima etapa será o desmonte da estrutura com a retirada de toda a cobertura e das cabines e a manutenção do pavimento.

No dia 15 de agosto, as atividades do pedágio foram encerradas. A mudança da praça de Gravataí era uma reivindicação antiga do município. A cobrança

da tarifa acontece agora na nova praça, no quilômetro 60, com a tarifa de R\$ 4,60 e pagamento nos dois sentidos. Já no pedágio de Santo Antônio da Patrulha, no quilômetro 19, já está em operação a cobrança bidirecional, sendo que o valor do pedágio passa a R\$ 4,60 em cada direção. Há 25 cabines em funcionamento em ambas as praças, entre bidirecionais, mistas e com cobrança automática. Em Santo Antônio da Patrulha, o número representa um acréscimo de nove cabines em relação as 16 que operavam anteriormente.



CRISTINE ROCHOL / PMPA / CP

Consórcio IPSul vai gerir e manter o sistema em Porto Alegre

ILUMINAÇÃO PÚBLICA

PPP estabelecida até o ano 2040

A prefeitura da Capital anunciou, ontem, em uma coletiva virtual, a conclusão da transição de Parceria Público-Privada (PPP) que dá ao Consórcio IPSul a responsabilidade de gerir e manter o sistema de iluminação pública da cidade até 2040. Desta forma, a partir de hoje, a empresa privada passa a responder por todas as demandas de operação e atendimento à população no segmento. Até então, todos os serviços realizados e em andamento na PPP da Iluminação Pública fazem parte de um "projeto-piloto".

O projeto prevê o alcance de 100% da iluminação com tecnologia LED no município. Atualmente, a cobertura é de 6%, conforme dados apresentados pelo gestor municipal. A previsão é que, com o novo sistema, a economia de energia chegue a 70%, que vai representar uma redução de

metade dos custos em relação à manutenção da iluminação branca. De acordo com o secretário municipal de Serviços Urbanos Hiran Pinheiro, a cidade também receberá "iluminação cênica" em pontos turísticos de Porto Alegre, ação que ele classifica como inovador. Além disso, o projeto prevê a revitalização de 18 postes antigos, da década de 20, do bairro Centro Histórico.

Durante a apresentação da parceria, o prefeito Nelson Marchezan Júnior ressaltou que Porto Alegre é a primeira cidade brasileira a realizar leilão de PPP para iluminação pública na sede da B3, em São Paulo. O investimento projetado é de R\$ 403 milhões. Qualquer reclamação ou solicitação da população nessa área deve ser encaminhada via ligação pelo 08000001740 ou pelo e-mail ipsul@poa.cidadeiluminada.com.br.

MPRS

Fórum debate o Terceiro Setor

O Ministério Público do RS é a única instituição que tem a atribuição de acompanhar e fiscalizar o trabalho das fundações privadas (organizações do terceiro setor). Essa ação é feita em conjunto com os dirigentes das entidades para a tomada de decisões. A avaliação foi feita pelo procurador do Ministério Público do RS (MPRS) Keller Dornelles Clós, com atuação na Procuradoria de Fundações, que ontem participou do "1º Fórum Brasileiro Terceiro Setor em Foco: Indicadores de Governança - Diálogos com Lideranças", realizado através de videoconferência. Segundo ele, existem em atividade no RS um total de 286 fundações privadas - 101 em Porto Alegre e 185 no interior do Estado. Conforme Clós, 61 delas são assistenciais, 47 culturais, 40 educacionais, 15 hospitalares, 13 de pesquisa, 13 universitárias, 11 de apoio universitário, 10 beneficentes, sete 7 ligadas ao meio ambiente e 69 fundações em outras atividades.

"A nossa atribuição legal é cuidar das fundações de direito privado do Estado. As fundações



ALINA SOLUZA

Programação via videoconferência

são parte do chamado Terceiro Setor e possuem atuação nas áreas de assistência social, cultura, educação, saúde, meio ambiente, pesquisa científica e religião, entre outras", ressaltou. Segundo Clós, a Procuradoria de Fundações atua orientando. O fórum foi promovido pela Selet Consultoria, Governança Corporativa e Sustentabilidade e pela MFR - Advogados e Consultores em Governança e Sustentabilidade.

SUSTENTABILIDADE

Lixo Zero abre hoje atividades

Com o tema "O Lixo Zero inspira a minha cidade a...", a sexta edição da Semana Lixo Zero Porto Alegre (SLZ) começa hoje e segue até 1º de novembro apresentando uma programação com 123 atividades gratuitas para a população. Em razão da pandemia, a maior parte das ações serão virtuais, com palestras, rodas de conversas, lives e oficinas. Mas também haverá ações presenciais seguindo os protocolos de segurança e ecopontos para descarte correto de resíduos.

Segundo Nicole Portela, embaixadora do Instituto Lixo Zero Brasil e uma das organizadoras da SLZ Porto Alegre, a pauta Lixo Zero é abrangente, e as atividades deste ano, além de mobilizarem os cidadãos a adotar melhores práticas cotidianas, também trazem visibilidade para o trabalho de quem se dedica diariamente a tornar as cidades mais sustentáveis. Para ela, o modelo de consumo e de descarte de resíduos precisa ser repensando. Site: www.coletivolixozerors.com/.

Publicações Legais
anuncio: anuncios@correiodopovo.com.br | ☎ (51) 3216.1615

Celc SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
Subsecretaria de Administração Central de Licitações

PREGÃO ELETRÔNICO

OBJETO: Moveis/estofados/componentes em geral (1 cama hospitalar - fowler elétrica 2.225,00 mm 1060,00mm mínimo 200kg) – SES.

ABERTURA: 03/11/2020, às 09h **EDITAL:** 0674/2020 **PROCESSO:** 20/2000-0073358-1

A Subsecretaria de Administração Central de Licitações – CELIC localiza-se na Av. Borges de Medeiros, nº 1501, 2º andar - Porto Alegre - RS. Os dados necessários das referidas licitações e Atas de Registro de Preços estão disponíveis nos sites www.celc.rs.gov.br e/ou www.compras.rs.gov.br.

Marina Fassini Dacroce
Subsecretária CELIC/SEPLAG

SINDICATO DOS FARMACÊUTICOS NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO
Assembleia Geral Extraordinária - Prorrogação Mandato

O Sindicato dos Farmacêuticos no Estado do Rio Grande do Sul - Sindifars, vem, através do presente edital, de acordo com as disposições estatutárias atinentes, por sua Presidente, convocar os integrantes da categoria profissional que trabalham em sua base territorial (o estado do RS), para participarem de Assembleia Geral Extraordinária, a se realizar no dia 28 de outubro do corrente ano, às 18 horas e 30 minutos, em primeira convocação, e às 19 horas, em segunda e última convocação, por meio eletrônico, conforme previsão constante no art. 5º, da Lei 14.010/20, para deliberarem sobre PRORROGAÇÃO MANDATO com a seguinte Ordem do Dia: 1. Discussão sobre a calamidade pública de COVID-19 e as dificuldades para a realização das eleições do sindicato, neste momento ou dentro do prazo estatutário; 2. Discussão e deliberação sobre o adiamento das eleições para renovação de mandatos da Diretoria, do Conselho Fiscal e dos Delegados representantes junto a Fenafar pelo prazo de 01 (um) ano a contar do dia seguinte à data de realização da Assembleia ora convocada; 3. Discussão e deliberação sobre a prorrogação dos mandatos atualmente vigentes da Diretoria, do Conselho Fiscal e dos Delegados representantes junto a Fenafar, inclusive de todos os suplentes, até a data de posse dos membros eleitos nas próximas eleições sindicais, a fim de possibilitar a continuidade das atividades sindicais.

Assembleia Geral Extraordinária - Alteração Estatutária

O Sindicato dos Farmacêuticos no Estado do Rio Grande do Sul - SINDIFARS, vem, através do presente edital, de acordo com as disposições estatutárias atinentes, por sua Presidente, convocar os integrantes da categoria profissional que trabalham em sua base territorial (o estado do RS), para participarem de Assembleia Geral Extraordinária, a se realizar no dia 28 de outubro do corrente ano, às 19h, em primeira convocação, e às 19h30min, em segunda e última convocação, por meio eletrônico, conforme previsão constante no art. 5º, da Lei 14.010/20, para deliberarem sobre Alteração Estatutária.

Porto Alegre, 23 de outubro de 2020. Debora Raymundo Melechi - Presidente